

PETIÇÃO (MOD) PREVIDENCIÁRIO

REAJUSTE DE BENEF PREVIDENCIÁRIO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA EM FACE DO INSS

EMENTA

EXECELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DA VARA PREVIDENCIÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL DE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , residente e domiciliado (a) na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua , nº , Bairro , Cidade , Estado , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor; EXECUÇÃO DE SENTENÇA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS O Exeqüente foi segurado do INSS, cujos benefícios são mantidos em agência desta cidade de , razão pelo qual faz jus a revisão de cálculo concedida pela sentença prolatada nos autos da Ação Civil Pública nº , ou seja, a revisão de cálculo com base na Súmula 02 do TRF/4º, Região. DO DIREITO Em razão disso, promove a presente execução de sentença, esclarecendo-se que o cálculo da parte presente foi feito apenas até , já que o INSS efetuou o pagamento, na via administrativa, a partir desta competência. Atendendo ao determinado pela sentença exeqüenda, o INSS efetuou a revisão respectiva, em razão da qual o RMI restou alterada na forma indicada no cálculo em anexo. Conforme evidencia o cálculo em anexo, isso gerou no período não prescrito, diferenças cujo total corresponde a R\$, em valores corrigidos até DOS PEDIDOS Em face de todo o exposto, fazem jus os Exeqüentes ao recebimento da importância de R\$ corrigidos até , conforme planilhas de cálculo em anexo, razão pela qual é proposta a presente Execução, para recebimento dos valores devidos, sendo que para tanto REQUER-SE: a) A citação do Réu, INSS, por sua Procuradoria Regional na Rua , nº ,º andar, CEP , nesta cidade de , nos termos do art. 730 do CPC, para que querendo, oponha Embargos à Execução no prazo legal; b) A execução da sentença, nos termos do art. 604 CPC ; c) Caso não haja a apresentação de embargos no prazo legal, que sejam considerados corretos os cálculos ora apresentados, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores atos e termos até que o INSS liquide a obrigação; d) Seja o INSS condenado ao pagamento de honorários advocatícios a base de 20% sobre o montante ora executado; e) A produção de todos os meios prova em direito admitidos; f) Requer-se o benefício da JUSTIÇA GRATUITA, por não ter honorários advocatícios sem prejuízo das partes e família nos termos da lei; Dá-se à causa o valor de R\$ Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB